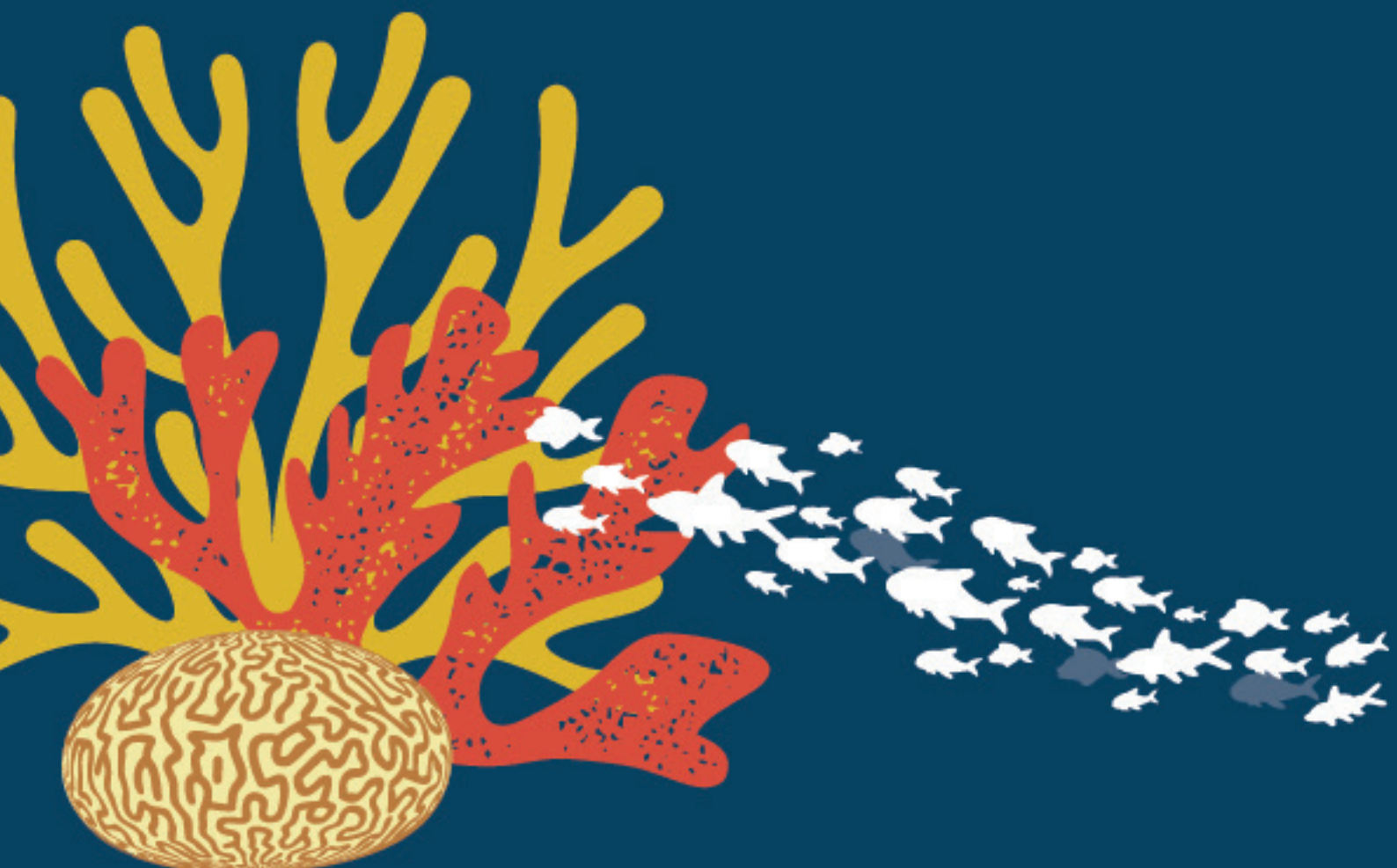




ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DOS **RECIFES DE CORAL**

DECRETO Nº 14.486, DE 3 DE JUNHO DE 2025



República Federativa do Brasil

Presidente

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Vice-Presidente

GERALDO JOSÉ ALCKMIN FILHO

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministra

MARINA SILVA

Secretário-Executivo

JOÃO PAULO CAPOBIANCO

Secretário Nacional de Mudança do Clima

ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO

Departamento de Oceano e Gestão Costeira

Diretora

ANA PAULA LEITE PRATES

Projeto TerraMar

**Departamento de Oceano
e Gestão Costeira - DOceano/MMA**

Diretora

ANA PAULA LEITE PRATES

Coordenadora-Geral

ADRIANA RISUENHO LEÃO

Coordenadora Nacional do Projeto TerraMar

LARISSA GODOY

Analista Ambiental

CAROLINA CHALEGRE

**Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit - GIZ/IKI**

Diretora do Projeto TerraMar

CAROLA KUKLINSKI

Assessora Técnica

FABIANA CAVA

Assessora de Comunicação

RENATA RODRIGUES

Projeto Gráfico

ÂNGELA DUARTE

A Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral – ProCoral conta com o apoio do Projeto TerraMar. O Projeto é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa do Consumidor (BMUV) da Alemanha, como parte da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI). É implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável.

A ProCoral contou também com o apoio fundamental do WWF-Brasil, da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar (Funbio/MMA) e de todos os participantes da oficina de consolidação das propostas.

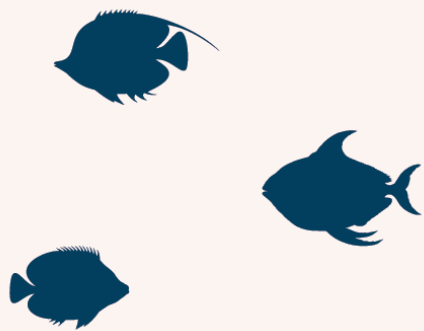


**ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO
E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECIFES DE CORAL**

DECRETO Nº 14.486, DE 3 DE JUNHO DE 2025







APRESENTAÇÃO

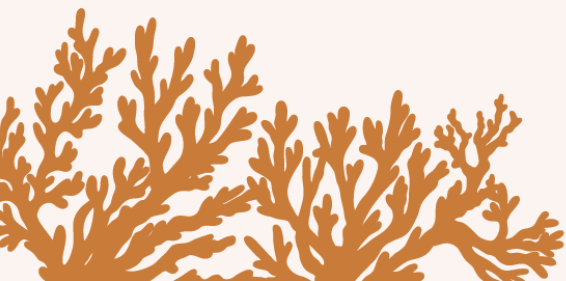
Os recifes de coral são as florestas tropicais do oceano. Esses ecossistemas abrigam a maior biodiversidade marinha do planeta. Embora ocupem apenas 0,1% da área do oceano, abrigam aproximadamente 25% das espécies marinhas conhecidas, incluindo cerca de 65% das espécies de peixes. Além disso, eles nos fornecem uma infinidade de serviços ecossistêmicos, proporcionando segurança alimentar, impulsionando o turismo e as economias locais, sendo fonte de bioativos, protegendo a zona costeira e contribuindo para o equilíbrio climático.

O Brasil abriga os únicos ambientes recifais de todo o Atlântico Sul, que se estendem por águas rasas desde o Maranhão até o norte do Espírito Santo, ao longo de cerca de 3 mil quilômetros de costa, até a águas profundas. Além disso, grande parte das espécies de corais, peixes e outros organismos encontradas nos recifes brasileiros são endêmicas, ocorrendo apenas nas nossas águas. Essas características fazem com que o Brasil tenha uma responsabilidade ainda maior na proteção desses ecossistemas.

Os recifes de coral estão entre os ecossistemas mais valiosos e vulneráveis do mundo. Seu declínio contínuo ameaça os meios de subsistência e o bem-estar de mais de um bilhão de pessoas e prejudica a resiliência global às mudanças climáticas. Como já havia sido preconizado por cenários climáticos, estamos em um momento crítico para os recifes de coral. O quarto evento global de branqueamento em massa já atingiu mais de 80% da área de ocorrência desses ecossistemas no mundo. A mudança do clima se assevera, a temperatura do oceano bate recordes, a acidificação se intensifica e a pressão da expansão urbana, da poluição, da sobrepesca, das espécies exóticas invasoras e de outras ameaças locais se soma aos impactos globais. Os recifes de coral são apontados como os primeiros ecossistemas que serão extintos funcionalmente se não combatermos o aquecimento global.

Diante desse cenário, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, reconhecendo o papel essencial dos recifes de coral na conservação da biodiversidade marinha, no enfrentamento à mudança do clima e no sustento das comunidades costeiras, bem como a urgência em protegê-los, consolidaram a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral – ProCoral como política pública, assinada pelo Presidente Lula no Decreto nº 14.486, de 3 de junho de 2025.

A ProCoral foi construída de maneira colaborativa, com base em estudos técnicos e científicos, além do conhecimento tradicional, contando com a contribuição de cientistas, servidores e servidoras de órgãos ambientais, representantes de outros



setores do governo, da sociedade civil organizada, de empresas de restauração de recifes de coral e de povos e comunidades tradicionais costeiros.

A ProCoral tem como finalidade implementar, orientar, articular e coordenar políticas públicas para a conservação, o uso sustentável e a recuperação dos recifes de coral do Brasil, e assim promover a resiliência desses ecossistemas e a manutenção de suas funções ecológicas e de seus benefícios para a população. O Decreto apresenta princípios e diretrizes para nortear esses esforços, objetivos específicos a serem alcançados, eixos de implementação e suas respectivas linhas de ação, políticas orientadoras, instrumentos e competências para implementá-la.

Com o objetivo de fortalecer, aumentar a efetividade e a abrangência das políticas públicas voltadas para a proteção dos recifes de coral, a ProCoral tem como principal instrumento de implementação o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos – PAN Corais, sob coordenação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Vale enfatizar que a nova meta climática nacional, a NDC brasileira, apresentada em novembro de 2024, traz números ambiciosos e alinhados com o desafio de se manter o aumento de no máximo 1,5°C na média global de temperatura e, pela primeira vez, apresenta ações climáticas baseadas no oceano, onde se destacam a ProCoral, o ProManguezal e o Planejamento Espacial Marinho. Todas essas políticas públicas estão alinhadas com o Plano Clima Nacional e com a Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB, demonstrando que tais ações devem ser tomadas de maneira integrada e compatível com os diversos instrumentos de conservação e planejamento.

Dessa forma, diante de um cenário global desafiador para os recifes de coral, apresentamos a ProCoral, aumentando o compromisso do país com a proteção desses ambientes, em prol da biodiversidade marinha, das comunidades tradicionais costeiras e de todas as brasileiras e brasileiros que dependem e se beneficiam desses ecossistemas únicos, diversos e essenciais para o enfrentamento à mudança do clima.

Dra. ANA PAULA LEITE PRATES

Diretora do Departamento de Oceano e Gestão Costeira

Secretaria Nacional de Mudança do Clima

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima







DECRETO Nº 14.486, DE 3 DE JUNHO DE 2025

Institui a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral - ProCoral

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral - ProCoral.

Art. 2º A ProCoral tem por finalidade implementar, orientar, articular e coordenar políticas públicas para a conservação, o uso sustentável e a recuperação dos recifes de coral e de outros ambientes recifais naturais no Brasil, para promover a resiliência dos ecossistemas e a manutenção de suas funções ecológicas e de seus benefícios às populações humanas diante das pressões a que estão submetidos, sobretudo no que se refere à mudança do clima.

§ 1º Para fins deste Decreto, consideram-se recifes de coral a integralidade do ecossistema e de suas feições, o que inclui os recifes rasos, os recifes mesofóticos, os corais de profundidade e outros ambientes recifais naturais.

§ 2º O escopo de aplicação deste Decreto abrange a conectividade dos recifes de coral com outros ecossistemas costeiros e marinhos, tais como manguezais, marismas, restingas, costões rochosos, estuários e bancos de rodolitos.



Art. 3º São princípios da ProCoral:

I - o reconhecimento da elevada vulnerabilidade dos recifes de coral em face da mudança do clima e da alta probabilidade de que esses ecossistemas sejam os primeiros a serem extintos devido aos seus efeitos; e

II - o reconhecimento das funções ecológicas desempenhadas e dos serviços ecossistêmicos fornecidos pelos recifes de coral e de seu papel para a mitigação, a adaptação e a resiliência climática da zona costeira.

Art. 4º São diretrizes da ProCoral:

I - a integração das políticas setoriais, ambientais e socioproductivas;

II - a articulação entre os níveis federal, estadual e municipal do Poder Público;

III - a governança participativa, com o envolvimento da sociedade civil, do setor privado, do meio científico e das comunidades locais;

VI - a adoção de abordagens adaptativas, regenerativas e de manejo sustentável com base nos conhecimentos científicos e tradicionais;

V - a implementação e o fortalecimento de sistemas de monitoramento e avaliação de longo prazo dos recifes de coral que possibilitem o acompanhamento da sua integridade e da efetividade das políticas públicas adotadas para a sua conservação e o seu uso sustentável;

VI - o estímulo a parcerias entre universidades, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e comunidades locais para a coordenação de ações de conservação, restauração e uso sustentável dos recifes de coral; e

VII - a promoção da cooperação internacional e o fortalecimento das redes internacionais, com intercâmbio de informações, de tecnologias e de experiências atreladas à conservação e à recuperação dos recifes de coral.

Art. 5º São objetivos específicos da ProCoral:

I - garantir a manutenção da biodiversidade, das funções ecológicas e dos serviços ecossistêmicos fornecidos pelos recifes de coral, para promover sua conservação e o seu uso sustentável;

II - promover e fomentar pesquisas e ações que fortaleçam a capacidade de adaptação, de recuperação e de resiliência dos recifes de coral diante dos impactos da mudança do clima e das demais pressões antrópicas, inclusive a adoção de técnicas de restauração;



III - estabelecer e fortalecer programas contínuos de pesquisa, diagnóstico e monitoramento dos recifes de coral, para integrar os aspectos ecológicos, climáticos e socioeconômicos com vistas a subsidiar políticas públicas e ações de manejo;

IV - sensibilizar a sociedade sobre a importância dos recifes de coral e os riscos decorrentes da sua degradação; e

V - buscar recursos financeiros e incentivos adequados para a implementação de programas, planos e políticas de conservação, pesquisa, monitoramento, manejo e restauração dos recifes de coral.

Art. 6º São eixos de implementação da ProCoral e suas respectivas linhas de ação:

I - Eixo 1 - Conservação e Uso Sustentável:

a) compatibilização da conservação e do uso sustentável dos recifes de coral nos instrumentos de controle ambiental, ordenamento territorial, gerenciamento costeiro e planejamento espacial marinho;

b) criação e implementação de unidades de conservação para a proteção dos recifes de coral, de forma a incorporar a adaptação à mudança do clima;

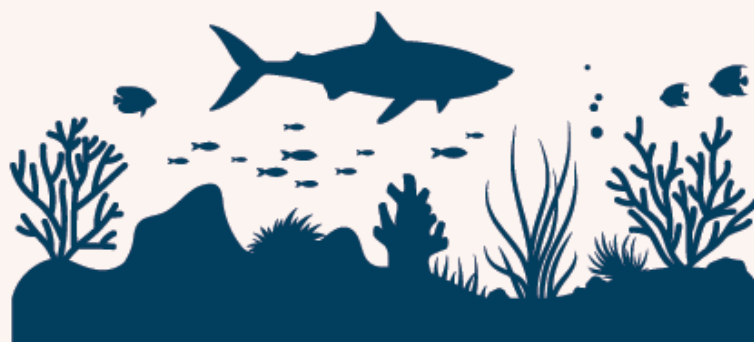
c) promoção de ações para a conservação das espécies ameaçadas presentes nos recifes de coral;

d) integração de ações de adaptação e cenários de mudança do clima nos planos de manejo das unidades de conservação, com vistas a facilitar a resiliência climática dos ecossistemas;

e) mitigação e controle de impactos e de vetores de pressão e controle de ameaças aos recifes de coral;

f) promoção do uso sustentável dos recifes de coral, de modo a incentivar atividades econômicas de baixo impacto ambiental, como o turismo de base comunitária e a pesca tradicional sustentável; e

g) integração com órgãos de gestão de recursos hídricos e de bacias hidrográficas.



II - Eixo 2 - Recuperação e Restauração:

- a) mapeamento de áreas prioritárias para a restauração de recifes de coral;
- b) fortalecimento da produção, da integração e da disseminação de conhecimento científico, tecnológico e tradicional para o manejo e a recuperação dos recifes de coral;
- c) criação e fortalecimento de bancos genéticos e de coleções de organismos vivos para salvaguardar espécies ameaçadas *ex situ*;
- d) estímulo a parcerias entre universidades, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e comunidades locais para o desenvolvimento de projetos de restauração com base ecossistêmica; e
- e) estabelecimento de normas, boas práticas e técnicas para a restauração de recifes de coral, incluído o repovoamento de organismos associados.

III - Eixo 3 - Monitoramento e Pesquisa:

- a) estabelecimento de plataforma para a organização, o compartilhamento e a centralização de dados de monitoramento, de modo a permitir a realização de diagnósticos nacionais e a integração com redes globais de monitoramento de recifes de coral;
- b) fomento à criação de uma rede nacional de pesquisa e monitoramento dos recifes de coral;
- c) fortalecimento dos programas de monitoramento contínuo dos recifes de coral;
- d) desenvolvimento de métodos de monitoramento e projeção de risco, de avaliação dos riscos e impactos locais e globais a que os recifes de coral estão sujeitos e de identificação de espécies e de áreas mais resilientes a esses impactos;
- e) fomento à produção, à integração e à disseminação do conhecimento científico, tecnológico e tradicional para o manejo e a recuperação dos recifes;
- f) publicação de editais de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovação para o monitoramento, a recuperação e a adaptação climática em recifes de coral; e
- g) promoção de projetos de ciência cidadã que envolvam pescadores, mergulhadores, comunidades locais, turistas e setor privado.



IV - Eixo 4 - Educação Ambiental e Sensibilização Pública:

- a) proposição de inserção de conteúdos sobre recifes de coral nos currículos escolares e materiais didáticos para educação formal e informal;
- b) promoção de ações e campanhas de comunicação, divulgação e educação ambiental, com destaque para a relevância ecológica, social e econômica dos recifes de coral e suas principais ameaças, com vistas ao engajamento da sociedade e ao maior controle social; e
- c) capacitação de gestores públicos, professores do ensino básico, líderes comunitários e atores de setores econômicos que atuam na zona costeira e marinha na temática de conservação e uso sustentável dos recifes de coral.

V - Eixo 5 - Financiamento, Incentivos e Cooperação Internacional:

- a) incentivo ao aprimoramento da cooperação internacional para o financiamento das políticas de conservação, uso sustentável e recuperação dos recifes de coral; e
- b) proposição de mecanismos e de instrumentos de financiamento nacional e internacional para o desenvolvimento de parcerias e convênios com organismos nacionais e internacionais e com o setor privado, inclusive para a mobilização de recursos e de fundos públicos e privados.

Art. 7º A implementação da ProCoral se dará em **consonância com as políticas de:**

- I - proteção ao meio ambiente, à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade;
- II - mudança do clima;
- III - defesa e segurança marítimas;
- IV - controle de espécies exóticas invasoras;
- V - ciência, tecnologia e inovação;
- VI - recursos hídricos;
- VII - combate à poluição;
- VIII - gerenciamento costeiro e planejamento espacial marinho;
- IX - pesca e aquicultura;



X - bioeconomia;

XI - educação ambiental; e

XII - turismo.

Art. 8º A ProCoral será implementada pela União, em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as organizações da sociedade civil, a comunidade científica e as entidades privadas.

Art. 9º O Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos - PAN Corais é o instrumento de implementação da ProCoral.

§ 1º Ato do Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes estabelecerá o PAN Corais, com a sua publicação em até sessenta dias contados da data de publicação deste Decreto.

§ 2º O PAN Corais incluirá metas, ações e indicadores em alinhamento aos eixos de implementação da ProCoral, nos termos do disposto no art. 6º, e será avaliado e revisado após o término de cada ciclo de implementação, com a publicação de relatório de avaliação em sítio eletrônico do Instituto Chico Mendes.

Art. 10. Compete ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

I - coordenar a implementação e realizar o monitoramento e a avaliação da ProCoral;

II - identificar e captar fontes adicionais de financiamento para a implementação da ProCoral; e

III - realizar a articulação com os órgãos e as entidades envolvidas, incluídas aquelas que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, para a implementação dos eixos da ProCoral.



Art. 11. Compete ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

- I - formular e implementar as políticas de ciência, tecnologia e inovação voltadas à proteção, à recuperação e ao uso sustentável dos recifes de coral;
- II - promover a integração dos esforços de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação acerca da conservação e da restauração dos recifes de coral; e
- III - definir as prioridades de pesquisa, considerados os eixos e as linhas de ação da ProCoral.

Art. 12. Compete ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação adotar procedimentos para a implementação da ProCoral junto às instituições vinculadas, às unidades de pesquisa e aos comitês de assessoramento relacionados ao tema.

Art. 13. As despesas decorrentes do cumprimento do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento Geral da União ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e às suas instituições vinculadas.

Parágrafo único. As despesas mencionadas no *caput* poderão ser complementadas por recursos oriundos:

- I - dos demais órgãos e instituições envolvidos, observados os limites de movimentação de empenho e pagamento estabelecidos anualmente;
- II - fundos públicos e privados; e
- III - doações do setor privado, de organizações da sociedade civil sem fins Lucrativos e de fundos internacionais.



Art. 14. Os Ministérios e os demais órgãos e instituições envolvidos poderão firmar acordos de cooperação técnica e parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a implementação da ProCoral.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de junho de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

João Paulo Ribeiro Capobianco





Foto: Alcides Falanghe

Apoio:



Fundação
GrupoBoticário



Realização:

